

[Outras Edições](#)

[CAPA](#)

[APRESENTAÇÃO](#)

[ARQUIVOS](#)

[CRÉDITOS](#)

Anais do VI SERPINF e IV SENPINF

A luta se faz no coletivo! sobre-viver em tempos de agudização da barbárie

[Continue lendo](#)



PUCRS



Conselho Editorial EDIPUCRS

Dom Jaime Spengler - Chanceler

Evilázio Teixeira - Reitor

Manuir José Mentges - Vice-Reitor

Carlos Eduardo Lobo e Silva (Presidente), Luciano Aronne de Abreu (Editor Chefe), Adelar Fochezatto, Antonio Carlos Hohlfeldt, Cláudia Musa Fay, Helder Gordim da Silveira, Lúvia Haygert Pithan, Lucia Maria Martins Giraffa, Maria Martha Campos, Norman Roland Madarasz, Walter F. de Azevedo Jr.

Membros Internacionais: Fulvia Zega (Universidade de Gênova), Jaime Sánchez (Universidad de Chile), Moisés Martins (Universidade do Minho), Nicole Stefane Edwards (University Queensland), Sebastien Talbot (Universidade de Montréal)

Créditos

© EDIPUCRS - Todos os direitos reservados

Design gráfico: EDIPUCRS

Revisão de texto: dos autores

Organizadores: Maria Isabel Barros Bellini, Nadianna Rosa Marques, Carin Otilia Kaefer Lisbôa

Comissão Organizadora do Evento: Jane Cruz Prates, Fernanda Bittencourt Ribeiro, Francisco Arseli Kern, Patrícia K. Grossi, Lidiany Lima Cavalcante, Leticia Batista, Hamida Assunção Pinheiro, Rafael Machado Madeira, Allucia Lulu Shokane, Salvatore Patera, Niki Edwards, Teresinha Valduga Cardoso, Karen Cardoso, Fernanda Xavier Arena, Nadianna Rosa Marques, Gisele Selistre Ramon, Carin Otilia Kaefer Lisbôa, Maíra Giovenardi, Laurem Janine Pereira de Aguiar, Bárbara Domingues Nunes, Cíntia Maria Nascimento Cruz, Gabriela Magri da Silva, Paloma Mendes Ribeiro, Julia Alessandra Clipes Cordeiro, Sofya de Bellini e Soares

Apoio:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família :
(6. : 2022 out. 19-21 : Porto Alegre, RS)
Anais do VI SERPINF - Seminário Regional de Políticas Públicas,
Intersetorialidade e Família, IV SENPINF - Seminário Nacional de
Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família [recurso eletrônico] : a
luta se faz no coletivo! Sobre-viver em tempo de agudização da barbárie
/ organizadoras Maria Isabel Barros Bellini, Nadianna Rosa Marques e
Carin Otilia Kaefer Lisbôa. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre :
ediPUCRS, 2022.
1 recurso on-line.

Modo de acesso: <http://editora.pucrs.br>.
ISBN: 978-65-5623-334-5

1. Políticas públicas. 2. Família. 3. Serviço social. I. Bellini, Maria
Isabel Barros. II. Marques, Nadianna Rosa. III. Lisbôa, Carin Otilia
Kaefer. IV. Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade
e Família (4. : 2022 out. 19-21 : Porto Alegre, RS). V. Título.

CDD 23. ed. 301

Anamaria Ferreira – CRB-10/1494
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE INTERSETORIALIDADE EM UM FÓRUM DE REDE MUNICIPAL

Elisângela Martins da Rosa Silveira¹

Miriam Thais Guterres Dias²

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão a partir da experiência do Fórum de Redes Intersetorial do Município de Alvorada, que a partir de uma prática intersetorial, contribuiu na organização dos trabalhadores dos serviços públicos para o atendimento de necessidades e demandas sociais da população do município. Se apresentará uma sistematização de revisão de literatura sobre intersetorialidade, redes e território para situar a exposição sobre a realização do Fórum. A análise e discussão sobre a experiência revelou que a intersetorialidade é uma importante estratégia na articulação de políticas sociais em município, especialmente na atual conjuntura política e social, marcada pelo desmonte do sistema de proteção social brasileiro, com corte de investimentos nas políticas públicas e consequente violação de direitos da população.

Palavras chaves: Intersetorialidade, Redes, Território, Fórum, Experiência Municipal.

1. INTRODUÇÃO

Considerar que a intersetorialidade é uma construção de muitas mãos, com pessoas engajadas nesta relação junto ao Fórum de Redes Intersetorial do Município de Alvorada, implica promover o seu protagonismo, principalmente quando este assume um espaço de integralidade e interlocução. O Fórum³ promoveu aproximações e propiciou uma articulação entre setores do território municipal para a sua existência e seu fortalecimento, enquanto espaço de construção de estratégias para a articulação das políticas sociais.

¹ Mestranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculada ao Programa de Pós-Graduação (PPG) de Política Social e Serviço Social. Vinculada ao grupo de pesquisa “Saúde, Gênero e Vulnerabilidade”. E-mail: eliselis25@hotmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Saúde, Gênero e Vulnerabilidades. E-mail: miriamtgdias@gmail.com

³ Denomina-se fórum ao espaço de troca de opiniões sobre assuntos de interesse a todos. Ele está baseado na noção de liberdade para expressar opiniões pessoais, na possibilidade de debate entre pessoas com a finalidade de chegar a uma determinada conclusão e na existência de algum sistema de moderação. (meusdicionarios.com.br)

O Fórum se constituiu como um espaço de organização das relações institucionais, ampliou as reflexões do fazer profissional, estreitou as parcerias entre os trabalhadores, serviços, entidades e usuários, e fortaleceu o cuidado integrado e compartilhado. Este ganhou um olhar de potência e adesão, ao se constituir em um momento de mudança política governamental Estadual e Municipal, em um contexto de agravamento de expressões da questão social como: aumento do desemprego, violência e adoecimento dos trabalhadores e moradores desta cidade. Na concepção de Ianni (1991, p. 02) “as desigualdades sociais compõem a história da sociedade brasileira está permeada por situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes”.

A necessidade do espaço do Fórum se apresentou como uma estratégia em forma de rede de apoio aos trabalhadores e aos usuários do território de Alvorada, que obteve uma importante parceria do Ministério da Saúde, em dezembro de 2014, por meio de uma consultoria de apoio institucional. Assim, logo de início, esse espaço se tornou uma referência a partir da experiência do trabalho em rede intersetorial.

As ações permanentes ou temporárias relacionadas ao desenvolvimento, à reprodução e à transformação dos sistemas de proteção social consistem no que se denomina de política social. Esta é a atividade que decorre da própria dinâmica de atuação dos sistemas de proteção social, ou seja, consiste em sua forma de expressão externa, concretização, e envolve o desenvolvimento de estratégias coletivas para reduzir a vulnerabilidade das pessoas aos riscos sociais.

Para Fleury (1994), a política social, como ação de proteção social, compreende relações, processos, atividades e instrumentos que visam a desenvolver as responsabilidades públicas (estatais ou não) na promoção da seguridade social e do bem-estar. Portanto, a política social apresenta uma dinâmica multifacetada que inclui ações intervencionistas na forma de distribuição de recursos e oportunidades, para a promoção de igualdade e dos direitos de cidadania, e a afirmação de valores humanos como ideais a serem tomados como referência para a organização da sociedade.

As autoras Behring e Boschetti (2006), realizam uma conexão entre serviço social e política social no Brasil, o que provoca e promove uma reflexão do contexto sócio-histórico que o profissional vem atuando e compreendendo quanto aos desafios de cada década, em que a política social vem se reorganizando e impactando nas relações, direitos e enfrentamentos as expressões da questão social.

2. A IMPORTANCIA DA INTERSETORIALIDADE PARA A ARTICULAÇÃO DE POLITICAS SOCIAIS

A conjuntura política no Brasil é de ruptura do pacto que se construiu em torno da Constituição Federal de 1988, com base na ideia que os direitos sociais não cabem no orçamento pois oneram o fundo público, disseminando-se a ‘cultura da crise’ como responsabilidade de toda a sociedade sua superação. “O processo golpista está em pleno curso desde 2016 e não é possível prever o seu desfecho. Cabe, no entanto, um chamamento à unidade política das forças progressistas em defesa da democracia e dos direitos sociais” (COUTO, RAICHELIS, YAZBEK, 2011, p. 47).

É importante ressaltar que as políticas públicas e sociais vêm sofrendo um ataque com o atual governo, o qual defende a política do desmonte e da negação das expressões da questão social e das lutas conquistadas pelos movimentos sociais. Nesse cenário sombrio ainda se deparou com a pandemia, a qual intensifica as desigualdades sociais no Brasil, bem como nos apresenta um quadro perigoso e assustador de desemprego e outras relações de trabalho diante do Corona vírus. (PEREIRA, 2017).

A noção de intersectorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos. Sposati (2006, p. 134), considera a intersectorialidade como “modelo de gestão que se baseia na horizontalidade e transversalidade das relações entre os agentes encarregados de concretizar serviços e benefícios transmitidos pelas políticas públicas e sociais”. A autora fez esta constatação a partir de sua experiência como Secretária Municipal de Assistência Social na cidade de São Paulo, quando a intersectorialidade foi uma das estratégias que permitiu pensar e propor formas de enfrentamento da desigualdade social e intervenções a partir desta.

A pauta sobre a intersectorialidade não é recente. Ainda na década de 1970, conferências internacionais começaram a discutir sobre a necessidade de combinar estratégias para a promoção da saúde, formulando e implementando as chamadas políticas públicas saudáveis, que seriam os primeiros passos para a organização de ações intersectoriais (ANDRADE, 2006). Contudo, percebe-se a intersectorialidade como uma das propostas mais difíceis de serem alcançadas no âmbito das políticas públicas e sociais.

A ação intersetorial nasceu especificamente da Conferência Internacional de Promoção da Saúde de Alma-Ata, no ano de 1978, tendo como principal objetivo melhorar as condições de saúde da população que utiliza os serviços de saúde. No Brasil a política de saúde vai nascer com maior consistência a partir da Constituição Federal de 1988, após anos de luta do Movimento da Reforma Sanitária pela garantia de direito à política de saúde. A palavra integralidade é um dos pilares para execução da política de saúde, o que vai requer a integração de diversos serviços sociais, estatais e da sociedade civil. (RODRIGUES, 2010).

Para Faler (2016, p. 103), “o debate acerca da intersetorialidade adquiriu relevância na gestão das políticas públicas no Brasil na medida em que as expressões da questão social se radicalizaram [...]”, produzindo as desigualdades nas suas variadas áreas da sociedade. Para Bredow e Dravanz (2010), a intersetorialidade é uma estratégia política complexa, cujo resultado na gestão de uma cidade é a busca da superação da fragmentação das políticas sociais.

A intersetorialidade para Garcia (2014) pode ser compreendida como a integração de diversas experiências e saberes para o enfrentamento de situações complexas, envolvendo diversos atores sociais - com suas diferentes forças e potências - para a construção conjunta de novas estratégias e concepções de planejamento, execução e monitoramento de ações, com o objetivo de garantir a equidade no tratamento e acesso das pessoas. Para tanto, se faz necessário construir com a diversidade dos atores e superar a fragmentação comumente colocada entre as diferentes políticas.

A práxis da intersetorialidade provoca movimento: é preciso sair do lugar de detentores do saber para gerar fissuras e assumir uma postura profissional aberta à negociação. Nem sempre será fácil construir com diferentes atores sociais - sejam vinculados às políticas públicas de saúde, assistência social, educação, trabalho, habitação; movimentos sociais, universidades e demais organizações da sociedade civil.

Construir com e apesar da diferença, tampouco é uma tarefa que se faz sem esforços. É necessário um deslocamento das lógicas e raciocínios habituais da fragmentação do trabalho para compreensão dos saberes e experiências dos outros, para que, conhecendo as diferentes lógicas, se possa se reconstruir de forma compartilhada um novo paradigma e prática para a questão que se deseja abordar. (GARCIA, 2014). Esta concepção, foco e objetivo precisa estar definido e elucidado por todos os atores em um trabalho intersetorial, para que a partir dele, se possa definir papéis e atribuições

para cada um dos pontos, ou dos nós desta rede. Pois, “é preciso estar ciente de que nada acontecerá de potente pela simples junção de diferentes setores convocados por conta de uma situação problemática”. (GARCIA 2014, p. 107).

Nesse sentido, se encontram inúmeros obstáculos para manter ativo um fluxo de diálogo entre os profissionais dos diversos setores (ANDRADE, 2006; MONNERAT; SOUZA, 2009). Grande parte das políticas públicas do Brasil não atuam sob a perspectiva da intersetorialidade, mas visam o fortalecimento do trabalho em rede intersetorial, como são os casos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Contudo, apesar de existirem alguns objetivos em comuns a todos os equipamentos da rede, cada um tem atribuições específicas. Assim, como Linhares, (2017) assinala, atuar intersetorialmente não significa a homogeneização dos serviços, mas a prestação de atendimentos com qualidade e eficiência no que couber a cada equipamento social. E enquanto profissionais de uma rede, se deve ter conhecimento acerca do contexto no qual se atua, pois a práxis fundamentada na intersetorialidade requer também um olhar direcionado à inclusão social e à qualidade de vida do indivíduo.

É necessário entender e aprofundar a discussão sobre proteção social ampliada para construir o processo de defesa dos direitos socioassistenciais, sob o percurso intersetorial, constituindo um tecido resistente com discussões sólidas uma vez que as necessidades humanas estão ligadas a condição de vida da sociedade. A intersetorialidade permite que diversos olhares possam pensar sobre a mesma expressão da questão social, vislumbrando alternativas distintas para tais. À medida que diversos atores se voltam para uma mesma direção, a construção intersetorial se torna possível, na medida em que constroem ações coletivas (FALER, 2016).

A importância da intersetorialidade estabelece-se também na construção em consonância do diagnóstico socio territorial, correlacionando ao território a partir da perspectiva conceitual de Santos (1999). Este concebe o território como algo em movimento, algo que está em processo, como um campo de forças, como o lugar do exercício da dialética e das contradições entre o uso econômico e o uso social dos recursos. Posto isto, a política pública desde a sua concepção, passando pela gestão e sua operacionalização precisa avançar concretamente na percepção de território para além das delimitações de um determinado espaço e suas estatísticas. Há que (re)conhecê-lo na sua totalidade, nas suas múltiplas dimensões.

Também é importante se fazer uma reflexão acerca da relação entre rede e território na construção da realidade social, para um entendimento mais amplo frente aos desafios da contribuição da intersectorialidade. Nobrega (2013, p.16) entende que o “território articulado pelas redes dá a capacidade do desenvolvimento das atividades cotidianas e do gerenciamento a manutenção do próprio território”. Aliados nesta interlocução, redes e territórios não se esgotam no físico ou geográfico, pois como Almeida (2015) contribui, o território é de inscrição de sentidos no trabalho, por meio do trabalho, para o trabalho. Denez (2018), reconhece a territorialidade como estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas.

Em consonância entre os conceitos de rede e território a intersectorialidade é uma prática social que se caracteriza por uma articulação entre sujeitos de diferentes setores, poderes e saberes, com objetivos comuns de resolver problemas sociais ou de saúde. (FEUERWERKER; COSTA, 2000). Para habitar um território será necessário “explorá-lo [...] colocando em relação fluxos diversos, [...] políticos, comunicacionais, afetivos e interativos no sentido concreto, isto é detectável na realidade. (CECCIM, 2005, p. 83)

De acordo com Pereira e Teixeira (2013), ação em rede e a intersectorialidade tem sido abordado sob várias perspectivas, o que produz dificuldade para a sua interpretação, e uma delas é a que envolve as parcerias público e privado na responsabilidade pela oferta de serviços das políticas setoriais. Como observa Pereira (2012), os serviços das políticas setoriais apresentados na década de 1990 consolidam uma nova modalidade de proteção social cuja função do Estado seria de regulador e coordenador de uma rede de serviços executada, em grande parte, pelas Organizações da Sociedade Civil – OSC, ou conveniadas com esse, incluindo uma intervenção estatal mínima centrada no combate à pobreza.

Discorrendo sobre as políticas sociais na sociedade brasileira, Yasbek *et al.* (2011, p. 117) asseguram que estas se “inscrevem na lógica de setorização que recorta o social em partes, demandando um processo de articulação que supere a tendência de compreender os problemas independentemente das causas estruturais que os originam”. Nascimento (2010, p. 98), também constata que existe “um grau de importância atribuída às políticas setoriais, pois atendem à conjuntura e à necessidade dos interesses em jogo, expressas no financiamento de cada uma delas”.

Monnerat e Souza (2009), apontam a vantagem de a intersectorialidade ser capaz de minorar as questões relativas à fragmentação das políticas sociais, que fazem parte de uma construção histórica. Outros entraves são postos ao movimento de efetivação da

intersectorialidade entre as políticas sociais “por conta da própria cultura, dificuldades político-partidárias e outras questões que vão incidir sobre a execução das políticas” (NASCIMENTO, 2010, p. 98). Esta autora ressalta a importância de as políticas públicas serem planejadas setorialmente, entretanto baseadas na comunicação entre os distintos setores: “a intersectorialidade contribui para a criação e reconhecimento de saberes resultante da integração entre as áreas setoriais” (NASCIMENTO, 2010, p. 101). Para isto, é necessário se ter “como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante” (YAZBEK *et al.* 2011, p. 178).

Diante do ambiente adverso estabelecido sob atual conjuntura, o fazer intersectorial constitui-se em uma construção política, intencional e direcionada, que não se dá mediante processos naturais e preexistentes. “Trata-se de uma opção articular os vários setores que se ocupam de diferentes fenômenos que interferem nas condições de vida de imenso contingente de sujeitos.” (BIDARRA, 2009, p. 448).

Nesse sentido, há um percurso da intersectorialidade no âmbito dessa conjuntura política, bem como um processo muito complexo para sua operacionalização e efetivação frente as ações setoriais, uma vez que ela tem sido abordada sob várias perspectivas e interpretações.

3. A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE REDES INTERSETORIAL

Em consonância com o princípio da integralidade que o Fórum foi pensado e organizado como um espaço institucional coletivo para potencializar a criação de estratégias para qualificar o trabalho intersectorial. E deste modo, colocar-se disponível para o cuidado onde a vida acontece, possibilitando e facilitando o acesso e o vínculo do usuário com as redes de serviços públicos, comunitários e sociais.

A proposta de instalação do Fórum foi uma iniciativa da Direção e Equipe técnica do Hospital de Alvorada, que convidou setores governamentais e não governamentais em 2014. O primeiro encontro se caracterizou como o da criação do Fórum, com o comparecimento de participantes representantes de serviços governamentais e não-governamentais de 44 segmentos do município. Importante ressaltar que a denominação deste espaço como Fórum foi como uma garantia de se estabelecer um cenário de intercâmbio entre trabalhadores e serviços da rede, de caráter autônomo e legitimado pela gestão do município.

Os encontros foram realizados mensalmente de modo itinerante e aberto ao público, tendo acontecido 42 destes no período de 2014 a 2019, com a presença de 25 a 50 participantes. Cada encontro tinha um tema específico para o debate, previamente planejado pelo coletivo, com uma carga horária de 3 horas por turno, com entrega de comprovante de presença aos participantes. Houve o compromisso da sistematização dos registros e deliberações propositivas de cada discussão, que constituem o livro Ata, documento com registro de toda a sua trajetória. (FÓRUM DE REDES INTERSETORIAL DE ALVORADA, 2019).

No período de 2018 a 2019, se constituiu uma parceria com o Instituto Federal de Alvorada – IFRS para compor o programa de educação permanente posteriormente criado, que permitiu também a certificação dos encontros para os participantes e colaboração nos registros do Fórum. Em virtude da pandemia da Covid-19 no Brasil, os encontros foram encerrados e o último registro da realização do Fórum aconteceu em dezembro de 2019.

Brevemente, se fará uma sistematização sobre as condições sociodemográficas do município de Alvorada, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, com a estimativa populacional de aproximadamente 212.352 mil habitantes (IBGE, 2021). O município apresenta uma visível fragilidade das políticas públicas em decorrência dos altos índices de desemprego. Também apresenta uma baixa arrecadação fiscal e renda *per capita*, razões que explicam o baixo poder aquisitivo da população. O índice do desemprego se agravou durante a pandemia, gerando assim o aumento da miséria e violência nesta cidade (FEE, 2020). A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.7%. O salário médio mensal era de 2.1 salários-mínimos, e considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 31.3% da população nessas condições (IBGE, 2021)

Tendo vista esta realidade, a qual não é de particularidade de Alvorada, e sim reflexo do sistema capitalista em cidades brasileiras, há uma tendência de serem implementadas políticas públicas compensatórias, ditas assistencialistas, que acabam por gerar uma inequívoca deficiência nos serviços públicos nas áreas da educação, saúde e segurança. Por estes fatores, a existência do Fórum enquanto espaço político e coletivo, e a intersectorialidade como estratégia para reorganizar, articular e potencializar o trabalho em rede entre serviços, instituições governamentais e não-governamentais, quanto qualificar o cuidado ofertado aos usuários que acessam, possibilita novas

construções e resistências para o enfrentamento das expressões da questão social, assim como uma avaliação do percurso do mesmo durante o período demarcado.

A sistematização dos registros sobre as ações estratégicas planejadas nos encontros do Fórum⁴, a partir do livro Ata, revelam que o Fórum impactou no contexto das políticas de saúde, da assistência social, segurança e educação no município. Este efeito do Fórum constou de Reportagem no jornal da cidade (JORNAL A SEMANA ONLINE, 2019), que destaca a potência que o Fórum estava ocupando no município e seus impactos nas políticas sociais.

Considera-se que no território do município a intersetorialidade ganhou destaque a partir da existência do Fórum de Redes Intersetorial, onde a prática e abordagem deste coletivo possibilitou uma articulação entre os setores e o desenvolvimento do trabalho conjunto. Seja para reorganizar o trabalho e avaliar as políticas públicas e sociais, como para qualificar o cuidado integral oferecido aos cidadãos. Está incorporada na concepção de intersetorialidade a “ideia de integração, de território, de equidade, de direitos sociais, assim, esse novo arranjo requer mudanças de valores da cultura para um agir coletivo totalmente distinto” (SILVA; TAVARES, 2016, p. 195).

O trabalho realizado pelo Fórum estabeleceu como fio condutor uma abordagem intersetorial imprescindível para a execução e atendimento efetivo das mais variadas demandas que se sucederam a do serviço de saúde, por intermédio do Hospital de Alvorada. Pois como afirmam Miotto e Schütz (2011, p. 03), “a integração entre as políticas é um imperativo para a materialização dos direitos sociais. Estes se referem à provisão das necessidades sociais por um sistema de proteção social por parte do Estado”.

O trabalho em rede constituído através do Fórum surgiu como uma proposta de intervenção para o enfrentamento das diversas expressões da questão social apresentadas pela população sendo essas: os elevados índices de violências, desemprego, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, assistência e mobilidade. Realidade esta baseada nos dados apurados do diagnóstico socio territorial e práticas setoriais entre os serviços governamentais, as empresas privadas e a sociedade civil organizada.

⁴ Estudo elaborado para compor o projeto de dissertação no Programa de Pós-Graduação Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia pelo Parecer n.º 5.286.851.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura social tem sido marcada pelo desmonte do sistema de proteção social brasileiro, com o corte dos investimentos nas políticas públicas, o que consequentemente viola os direitos da população cada vez mais fragilizada e empobrecida. Esta realidade dificulta e até impede, o acesso da população aos seus direitos, acirrando as desigualdades sociais, e ampliando a fragilidade e fragmentação das políticas sociais.

No entanto, o que se observa é que em tempos tão sombrios, há necessidade de criação de novas ações estratégicas para contribuir com o sistema de proteção social, bem como contribuir na efetividade das políticas públicas e sociais que frente ao cenário atual vem sendo atacada.

A intersetorialidade, e sua articulação com redes e território, é tarefa bastante audaciosa, mas de suma relevância pela possibilidade de interligação de objetivos e ações para potencializar as práticas de diversas políticas públicas, junto a uma gestão compartilhada e direcionada para uma determinada realidade territorial.

Importante destacar também a importância de revisões conceituais sobre intersetorialidade, redes e território para a ampliação dos entendimentos e proposições de novas forma de conceber, planejar, gerenciar, executar e avaliar as políticas públicas.

Dessa forma, buscar a efetiva construção da intersetorialidade articulada com o território e as redes, ampliará a capacidade do desenvolvimento das atividades cotidianas, o gerenciamento das ações coletivas, envolvendo novos caminhos, estratégias para processo de organização dos distintos setores sociais e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.M. **A Rede em Ação intersetorial e comunitária como espaço de formação na Abordagem ao usuário de Drogas**. Tese Doutorado (Psicologia Clínica e Cultura), Universidade de Brasília, 2015.

ANDRADE, L.O.M. **A saúde e o dilema da intersetorialidade**. São Paulo: Mussite, 2006.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BIDARRA, Z.S. Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o Sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 99, 2009.

BREDOW, S.G; DRAVANZ, G.M. Atuação do serviço social na saúde mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersectorial, integral e resolutive. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.229-243 ago./dez. 2010.

CECCIM, R.B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência e saúde coletiva**, 10(4), 2005, 975-986.

COUTO; B.; RAICHELIS, R.; YAZBEK, M.C.; O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 389-392, abr./jun. 2011.

DENEZ, C.C. Território e redes de poder: atores e grupos políticos em Guarapuava/PR. Revista NEP, **Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.4, n.2, dez. 2018.

FALER, C.S. **Intersectorialidade: Um conceito em construção**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Pesquisa de informações, 2020. Disponível em: [Resumo Estatístico Município - Municípios - Perfil Socioeconômico - FEE \(arquivofee.rs.gov.br\)](https://www.fee.rs.gov.br/Resumo-Estatistico-Municipio-Municipios-Perfil-Socioeconomico-FEE)

FEUERWERKER, L. M.; COSTA, H. Intersectorialidade na rede UNIDA. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 25-35, dez. 2000.

FLEURY, S. **Estados sem cidadãos: a seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FÓRUM DE REDES INTERSETORIAL DE ALVORADA: Linha de cuidados, participantes governamental e não governamental. **Livro ATA Registro 2014-2019**, Alvorada, 2019.

GARCIA, R.L. **Transversalidade e Intersectorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro**. Aprendendo com os Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: DP&A, 2014. 112p.

IANNI, O. A Questão Social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, n.1, p. 2-10. São Paulo: SEADE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: perfil dos municípios brasileiros, 2021. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Rio Grande do Sul | Alvorada | Panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama)

JORNAL A SEMANA ONLINE, 2019. Disponível em: <http://www.jornalasemana.net/>

LINHARES, C. **Pesquisas em Educação: Diferentes enfoques**. São Paulo: Cortez, v. 1. 2017.

MIOTO, R.C.T.; SCHUTZ, F. Intersetorialidade na Política Social: Reflexões a partir do exercício profissional dos Assistentes Sociais. **ANAIS. DIPROSUL**, Pelotas-RS, 8 a 10 de agosto de 2011.

MONNERAT, G.L.; SOUZA, R.G. Política social e intersectorialidade: Consensos teóricos e desafios práticos. **SER Social**, 2009, 12(26):200-220.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**, 2010, 101:95-120.

NOBREGA, P.R.C. Reflexões acerca dos conceitos de Território Territorialidade e Redes para o ensino de geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v, 4, n.7, p.4-21, jul./dez. 2013.

PEREIRA, P.A. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PEREIRA, K.Y.L.; TEIXEIRA, S.M. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**: Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013.

PEREIRA, C.P. A proteção social em tempos sem bríos. **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, set./dez. 2017.

RODRIGUES, C.R. Intersetorialidade na saúde no Brasil no início do século XXI: um retrato das experiências, **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 31-46, 2010.

SANTOS, M. O território e o saber local: Algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR/RJ**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - N. 2 Agosto-dezembro de 1999.

SILVA, D.A.J.; TAVARES, M.F.L. Ação intersectorial: potencialidades e dificuldades do trabalho em equipes da Estratégia Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro. **Saúde debate** (online). Rio de Janeiro, 2016, vol.40, n.111, pp.193-205.

SPOSATI, A. Gestão pública intersectorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social e Sociedade**. n. 85, ano XXVII, São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, M.C. *et al.* O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: Desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas *et al.* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma realidade em movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.